

SOJITZ DO BRASIL S. A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$, salvo indicação contrário)

1. NATUREZA E CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

As atividades da Sojitz do Brasil S.A. (a "Empresa") consiste na compra, venda, importação, exportação e representação comercial de máquinas e equipamentos, produtos manufaturados e matérias-primas, diretamente ou através de terceiros. As receitas de serviços são substancialmente representadas por comissões e acordos de serviços relativos à intermediação de transações com as empresas do Grupo Sojitz. O principal local de negócios da empresa está localizado na Avenida Paulista, 1.842 - 21º andar, Cerqueira César, São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A empresa mãe da empresa é a Sojitz Corporation (com sede no Japão), que apresenta um processo à Agência Japonesa de Serviços Financeiros (JFSA) nos termos da Lei Japonesa de Valores Mobiliários e Câmbio.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando aquelas estabelecidas no Direito Societário Brasileiro, que incluem pronunciamentos técnicos contábeis, instruções e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. O custo histórico baseia-se geralmente no justo valor da retribuição paga em troca de ativos.

A gerência afirma que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo divulgadas e correspondem às informações usadas por ela na gestão da Empresa.

O ano fiscal da Empresa começa em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

A elaboração das demonstrações financeiras exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e o exercício do julgamento de valor pela Direção da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Estas estimativas podem afetar os valores de ativos e passivos divulgadas no final do ano e os valores de receitas e despesas divulgadas durante o ano. Embora estas estimativas se baseiem no melhor julgamento da gerência, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As áreas que envolvem um julgamento ou complexidade mais elevados, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, são divulgadas na nota 2.19.

Resumo das políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir:

2.3. Moeda funcional e moeda de relatório

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Empresa opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de reporte da Empresa.

2.4. Reconhecimento de receita

A CPC 47, equivalente à IFRS 15, substitui a CPC 30 – Receita (equivalente à IAS 18) e interpretações conexas e é aplicável, com algumas exceções limitadas, a todos as receitas provenientes de contratos com clientes. A CPC 47 estabelece um modelo em cinco etapas para contabilizar as receitas resultantes de contratos com clientes e exige que as receitas sejam reconhecidas numa quantia que reflita a retribuição que uma entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Nos termos da CPC 47, a empresa deve exercer julgamento de valor, com base em todos os fatos e circunstâncias relevantes, ao aplicar cada etapa do modelo aos contratos com os seus clientes.

A Empresa avalia as transações de receita com base em critérios específicos para determinar se está atuando como um agente ou um mandante e, finalmente, concluiu que está atuando como um agente sob todos os seus contratos de receita sem assumir riscos e recompensas de propriedade de bens; por conseguinte, a receita de comissões é reconhecida numa base líquida após a conclusão dos serviços.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida até ao ponto em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Empresa e quando possa ser confiavelmente mensurado, independentemente de quando o pagamento será recebido. A receita é mensurada com base no justo valor da retribuição recebida, menos quaisquer descontos e impostos ou encargos sobre as vendas. A receita da venda de bens é reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

- (i) Quando o controlo sobre os ativos é transferido para um cliente, geralmente quando da entrega de produtos.
- (ii) A empresa não mantém um envolvimento de gestão contínuo na medida geralmente associada à propriedade nem um controlo substancial dos bens vendidos.
- (iii) O valor da receita pode ser mensurado confiavelmente.
- (iv) Existe uma forte possibilidade de que os benefícios econômicos associados a tal transação fluam para a Empresa.

- (v) Os custos incorridos com respeito a essa transação pode ser confiavelmente mensurados.

Comissões e serviços prestados

As receitas de comissões e de serviços prestados são reconhecidas como uma obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita destes serviços é reconhecida com base na fase de conclusão do contrato. Se todas as seguintes condições forem satisfeitas, determina-se que os resultados de uma transação podem ser estimados com fiabilidade:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado confiavelmente.
- (ii) Existe uma forte possibilidade de que os benefícios econômicos associados a tal transação fluam para a Empresa.
- (iii) O grau de progresso de tal transação pode ser confiavelmente mensurado no final do ano fiscal.
- (iv) Os custos incorridos com respeito a essa transação e os custos necessários para concluir essa transação podem ser confiavelmente mensurados.

2.5. Operações e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional da Empresa (real brasileiro - R\$) nas taxas de câmbio prevalecentes nas datas de transação. As rubricas do balanço são convertidas às taxas de câmbio em vigor no final do período de reporte. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação destas transações e da conversão de ativos monetários e passivos monetários expressos numa moeda estrangeira são reconhecidos nos resultados do exercício.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em numerário em contas bancárias e investimentos de elevada liquidez que podem ser levantados em qualquer momento sem alterações significativas nos montantes de princípio (ou seja, certificados de depósito bancário (CDB)). As quantias escrituradas dos equivalentes de caixa da Empresa aproximam-se do seu justo valor.

A Empresa coloca o caixa em instituições de alta qualidade de crédito.

2.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e medição

A classificação dos ativos financeiros de acordo com a CPC 48/IFRS 9 baseia-se geralmente no modelo de negócio em que um ativo financeiro é gerido e nas suas características de fluxo de caixa contratual.

Nos termos da CPC48/IFRS 9, um ativo financeiro é classificado no reconhecimento inicial como mensurado: pelo custo amortizado; pelo justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI") - instrumento de dívida; FVOCI — instrumento de capital próprio; ou pelo justo valor através dos resultados ("FVTPL").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados pelo FVTPL	Estes ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas líquidas, incluindo o rendimento de juros ou dividendos, são reconhecidos nos resultados.
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Estes ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por desvalorização. As receitas com juros, os ganhos e perdas cambiais e as perdas por desvalorização são reconhecidos nos resultados.
Instrumentos de dívida em FVTOCI	Estes ativos são mensurados pelo valor justo valor. As receitas de juros calculadas utilizando o método do juro efetivo, os ganhos e perdas cambiais e as perdas por imparidade são reconhecidos nos resultados.
Instrumentos de capital próprio a FVTOCI	Estes ativos são mensurados pelo valor justo valor. Os dividendos são reconhecidos como um ganho nos lucros ou prejuízos a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos ou perdas líquidas são reconhecidos em OCI e nunca são reclassificados nos resultados.

Nos termos da CPC48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como mensurado pelo FVTPL:

- É detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é deter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados com o pagamento do capital e juros sobre a quantia de capital em dívida.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo FVTOCI se satisfizer ambas as condições seguintes e não for designado como mensurado pelo FVTPL:

- É detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer recebendo fluxos de caixa contratuais quer vendendo ativos financeiros.
- Os seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que só estão relacionados com o pagamento do capital e juros sobre a quantia de capital em dívida.

Após o reconhecimento inicial de um investimento num instrumento de capital próprio que não seja detido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor do investimento noutro rendimento integral ("OCI"). Esta escolha é feita numa base investimento a investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados pelo custo amortizado ou como FVTOCI, como descrito acima, são classificados como FVTPL. Inclui todos os ativos financeiros derivados. Após o reconhecimento inicial, a Empresa pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que de outra forma satisfaça os requisitos a serem mensurados pelo custo amortizado ou pela FVTOCI como FVTPL se tal eliminar ou reduzir significativamente uma divergência contabilística que de outra forma surgiria (opção pelo justo valor disponível na CPC48/IFRS 9).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo mais, para um item não mensurado pelo FVTPL, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Passivos financeiros

Classificação e medição

Os passivos financeiros da empresa são classificados em: custo amortizado utilizando o método do juro efetivo; e justo valor através dos resultados ("FVTPL").

Os passivos financeiros são classificados como pelo JVR se forem classificados como detidos para negociação, se forem um derivado ou se forem concebidos como tal no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros pelo JVR são mensurados pelo justo valor e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer gasto com juros, são reconhecidos nos resultados. Os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As despesas com juros e os ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos nos resultados. Quaisquer ganhos no desreconhecimento são também reconhecidos nos resultados.

O método do juro efetivo é um método de cálculo do custo amortizado de um passivo financeiro e de imputação do gasto de juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as comissões e pontos pagos ou recebidos que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prêmios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) num período mais curto, ao custo amortizado de um passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor à data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados pelo seu justo valor em cada data de reporte.

O ganho ou perda resultante é reconhecido nos resultados imediatamente a menos que o derivado seja designado e eficaz como instrumento de cobertura, caso em que a tempestividade do reconhecimento nos resultados depende da natureza do relacionamento de cobertura.

Um derivativo com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro enquanto um derivativo com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro.

Contabilidade de Hedge

A empresa designa certos derivativos como instrumentos de cobertura relativamente ao risco cambial. As coberturas de risco cambial relativas a compromissos firmes são contabilizadas como coberturas de fluxos de caixa. No início do relacionamento de cobertura, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, juntamente com os seus objetivos de gestão do risco e a sua estratégia para realizar várias transações de cobertura. Além disso, no início da cobertura e de forma contínua, a Empresa documenta se o instrumento de cobertura é eficaz para compensar as alterações nos justos valores ou nos fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto, ou seja, quando o relacionamento de cobertura cumpre todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação econômica.
- O índice de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o resultante da quantidade do item coberto que a Empresa efetivamente cobre e da quantidade do instrumento de cobertura que a Empresa efetivamente usa para cobrir essa quantidade do item coberto.

Hedge de fluxo de caixa

A parte efetiva das alterações no justo valor dos derivativos e outros instrumentos de cobertura elegíveis que sejam designados e sejam elegíveis como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em outro rendimento integral e acumulada na rubrica da reserva de cobertura de fluxos de caixa, limitada à alteração cumulativa no justo valor do item coberto desde o início da cobertura.

O ganho ou perda relacionado com a porção ineficaz é reconhecido imediatamente nos resultados e é incluído na linha de item "outros ganhos e perdas".

As quantias anteriormente reconhecidas em outro rendimento integral e acumuladas no capital próprio são reclassificadas nos resultados nos períodos em que o item coberto afeta os resultados, na mesma linha que o item coberto reconhecido.

A Empresa interrompe a contabilidade de cobertura apenas quando o relacionamento de cobertura (ou parte dele) deixa de cumprir os critérios de qualificação (após reequilíbrio, se aplicável). Tal inclui os casos em que o instrumento de cobertura expira ou é vendido, terminado ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. Qualquer ganho ou perda reconhecido noutro rendimento integral e acumulado na reserva de cobertura dos fluxos de caixa nesse momento permanece no capital próprio e é reclassificado nos lucros ou prejuízos quando ocorrer a transação prevista. Quando já não se espera que ocorra uma transação prevista, o ganho ou perda acumulado na reserva de cobertura dos fluxos de caixa é reclassificado imediatamente nos resultados.

2.8. Contas a receber

Reconhecidos no balanço pelo valor original do contas a receber, menos quaisquer perdas de crédito esperadas, adotando a abordagem simplificada para reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil no contas a receber.

2.9. Provisão para contas duvidosas

A sociedade reconhece provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em uma análise da exigibilidade dos créditos individualmente, sendo considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em créditos de liquidação duvidosa.

2.10. Estoques

Contabilizados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao seu valor realizável líquido e perdas prováveis, quando aplicável. O custo médio inclui todos os custos incorridos nos custos de compra, e os custos incorridos em trazer os inventários para o seu local e condição atuais.

2.11. Ativos fixos tangíveis

Mensurado pelo custo menos a depreciação acumulada e provisão para qualquer redução a valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada numa base linear de acordo com a vida útil estimada dos ativos, como se segue:

	<u>Em anos</u>
Edifícios	25
Instalação	10
Veículos	5
Computador	5
Moveis e Utensílios	10

As vidas úteis estimadas, os valores residuais e o método de depreciação são revistos no final de cada período de relato, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas contabilizadas numa base prospetiva.

2.12. Investimentos

Os investimentos em instrumentos patrimoniais são registrados e mensurados pelo valor justo e foram reconhecidos inicialmente pelo custo. A Companhia optou por reconhecer as mudanças subsequentes no valor justo de seu investimento em outros resultados abrangentes.

2.13. Perda ao valor recuperável ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada período de relato, a Empresa analisa os valores escriturados dos seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda ao valor recuperável. Se existir qualquer indicação nesse sentido, a quantia recuperável do ativo é estimada a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se houver). Quando não for possível estimar a quantia recuperável de um ativo individual, a Empresa estima a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

2.14. Contas a receber de/contas a pagar a partes relacionadas

São declarados por montantes conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos encargos conexos e das variações monetárias e cambiais incorridas até ao final de cada período de relato.

2.15. Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias no final de cada período.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja necessidade de liquidação pela Empresa seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para o reconhecimento e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) os ativos contingentes só são reconhecidos quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, definitivas e irrecorríveis. Os ativos contingentes com prováveis resultados favoráveis só são divulgados nas notas às demonstrações financeiras; ii) os passivos contingentes são previstos quando as perdas são avaliadas como prováveis e as quantias envolvidas podem ser confiavelmente mensuradas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis só são divulgados nas notas às demonstrações financeiras e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são apresentados nem divulgados; e (iii) as obrigações legais são registradas como contas a pagar, independentemente da avaliação da probabilidade de um resultado favorável em processos nos quais a Empresa contestou a inconstitucionalidade dos impostos.

2.18. Outros ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que os seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e o seu custo ou quantia puder ser mensurado com confiabilidade.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, e é provável que um fluxo de recursos seja necessário para o liquidar. Inclui, se for caso disso, os encargos correspondentes, os ajustes da inflação e as diferenças cambiais incorridas. As provisões são reconhecidas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como curto prazo quando for provável que sejam realizados ou liquidados nos próximos doze meses. Caso contrário, eles são declarados como longo prazo.

2.19. Principais julgamentos contábeis e principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a Gerência faça juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetem a aplicação de políticas e as quantias relatadas de ativos e passivos e rendimentos e gastos. Estas estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência e em muitos outros fatores considerados razoáveis nestas circunstâncias. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. Estes pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no ano em que a estimativa é revista.

As principais estimativas referem-se à determinação da dedução por contas duvidosas, à determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento diferidos, à determinação da vida útil do ativo fixo tangível e à determinação da suficiência da provisão para riscos. O resultado efetivo destas estimativas pode diferir dos saldos registrados.

3. CAPITAL

a) Capital

O capital realizado no valor de R\$ 34.436 é representado por 25.618.875 ações sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Número de ações	Participação %
Sojitz Corporation of America – Estados Unidos	25.618.874	100
Sojitz Corporation Japan - Japão	1	-
Total	<u>25.618.875</u>	<u>100</u>

* * *

Administração

Toru Shida

Presidente

Marcos R. Menin de Avila
Contador - CRC 1SP210157/O-1
